

Entrevista

Guilherme d'Oliveira Martins O presidente do Tribunal de Contas tem sido nos últimos anos o examinador imparcial das contas públicas. É também responsável pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, sector em que vê Portugal subir para lugares menos honrosos, enquanto observa o aumento da economia paralela para 25% do PIB

“A crise que Portugal vive não favorece o combate à corrupção”



JOÃO CÉU E SILVA
Jornalista

É aceitável que Portugal esteja a par do Butão e de Porto Rico no índice de perceção da corrupção?

Não podem deixar de nos preocupar estas listagens e é por isso que o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) dá a maior importância aos valores. Temos que cruzar os elementos com estudos que estão feitos, designadamente em relação ao aumento da economia subterrânea e paralela – que passou nos últimos anos para cerca de 25% do produto interno bruto.

Um valor demasiado alto?

Preocupa-me muito significativamente este valor, porque aqui não estamos perante uma perceção, antes uma realidade que favorece a corrupção e a infração. Mas temos que ser muito cuidadosos porque os índices em países da democracia estabilizada são muito mais credíveis do que os de outros países.

É aceitável, a nível da

União Europeia, a nossa posição?

Considero que os cidadãos têm uma perceção que obriga a que haja o redobrar de ações de prevenção, de investigação e de condenação relativamente à corrupção.

Essa não era a realidade quando o CPC começou. Daí que aponte para essa maior sensibilização?

O Conselho de Prevenção nasce com três níveis de ação: a política legislativa, a investigação criminal e a prevenção direta. O último ano foi muito importante no que toca à cooperação relativamente às instituições envolvidas, designadamente ao Ministério Público. Ao melhorar em muito a cooperação, também a informação passou a ser maior e mais rigorosa.

Está mais satisfeito com a relação com a Assembleia da República ou com o Ministério Público?

No início foi muito mais fácil com o Parlamento, porque tenho experiência parlamentar. Mas agora é

muito boa com ambos.

No caso da Assembleia, há questões com os próprios deputados!

A minha mensagem é muito clara na relação com o Parlamento: devemos ter menos leis e mais simples e acessíveis para os cidadãos. A multiplicação das leis é sempre favorecedora da corrupção. Porquê? Porque ao termos muitos instrumentos, eles significam grande complexidade e facilitam o aproveitamento ilegítimos dessa complexidade. A prioridade foi fazer planos de prevenção de risco da corrupção e já nos foram entregues mais de mil. E estamos a centrar muito a ação no domínio do conflito de interesses, quer no exercício de funções, quer após esse exercício.

Alguma instituição recusou colaborar nesses planos de risco?

Não houve instituições que tenham recusado. É preciso ter em conta que existe uma sinergia entre o CPC e o Tribunal de Contas (TC) e que este pode aplicar sanções reforçadas. Ou seja, uma entidade que não tenha plano de prevenção de risco, pode ser sancionada.

Quando se refere a conflitos de interesses, está também a questão de os deputados não respeitarem o prazo de três anos para ingressar no privado...

Todos os mecanismos que significam conflito de interesses. Entendemos que o conflito de interesses deve ser gerido mais a partir de um princípio de transparência do que da rigidez de uma lei de incompatibilidades. Que são úteis, mas em sede normativa é difícil definir todas as situações que podem gerar conflito de interesses.

A nossa classe política não é muito dada à transparência. Tem conseguido contrariar isso?

É preciso que introduzamos fatores cada vez mais de rigor e transparência a partir de um princípio de responsabilidade. E o aperfeiçoamento da democracia é crucial. **Mas acha que a nossa classe política está a ficar mais transparente?**

Eu diria os políticos portugueses têm que ser necessariamente mais

transparentes, até tendo em consideração que hoje as fronteiras estão abertas e não podemos deixar de usar métodos comuns à Europa.

Ao mesmo tempo que existe a internacionalização da corrupção, também deve haver a internacionalização da transparência?

Da transparência e da prevenção da corrupção. Por isso a grande preocupação no que toca aos paraísos fiscais, fatores extremamente graves de incentivo à corrupção. A globalização tem que ser também ao nível da regulação.

Tem sido em muito a imprensa o principal motor para o ataque à corrupção, após a divulgação de casos. É o caminho certo?

Está eventualmente no caminho correto, porque a liberdade de expressão é fundamental para a prevenção e combate à corrupção.

O Conselho tem sentido entraves ao alargamento das suas áreas?

Não, até porque o Parlamento aprovou um CPC com uma estrutura muito leve e com bastante rapidez. Não escondo, naturalmente, que facilita muito o facto de ter sido criado junto de uma outra instituição – o Tribunal de Contas –, e assim ficar provido de um conjunto de mecanismos dissuasórios que têm sido claramente reforçados e permitem concretizar as recomendações.

Quais são os resultados práticos?

Na última avaliação houve 80% das recomendações cumpridas. O que é significativo. Mas chamo a atenção para o facto da aplicação do novo Plano Oficial de Contabilidade e, designadamente, na prestação eletrónica de contas, para podermos verificar em tempo próprio as eventuais infrações que existem.

Portanto, as medidas fiscais que o ministro Vítor Gaspar está a pôr em prática são benéficas para contrariar a corrupção?

São medidas que têm sido objeto de acompanhamento muito rigoroso pelo Tribunal. Instituição que não faz avaliações políticas.

Nem pode comentar os efeitos?

Obviamente que a crise levou a um aumento da economia paralela e, por isso, temos afirmado a necessidade de tomar medidas no sentido de melhorar a eficiência tributária e de reduzir a economia paralela.



Vigiar as finanças públicas é uma das suas principais responsabilidades

Em 2013 será necessário aumentar o número de planos contra a corrupção para diminuir a economia paralela?

Vamos fazer tudo no CPC para haver consciência de que é indispensável contrariar ao máximo os riscos de corrupção. Diria mesmo que é indispensável reduzir, em 2013, os riscos de corrupção.

O agravamento da crise não vai contrariar esta intenção?

É a situação dilemática perante a qual nos encontramos. A crise económica presente tem duas situações dilemáticas que salienta: uma, que é a tensão que existe entre disciplina e necessidade de investimento; outra, a necessidade de contrariar a corrupção devido ao aumento da economia paralela. Temos que evitar que um dos elementos prejudique drasticamente o outro. **E a política do Governo favorece a**

PERFIL

G. D'OLIVEIRA MARTINS

- » Nasce em Lisboa, em 1952
- » Mestre em Ciências Jurídico-Económicas, prof. universitário
- » Foi fundador da JSD, deputado pelo PS, ministro da Educação, das Finanças e da Presidência
- » É presidente do Tribunal de Contas, do Conselho de Prevenção da Corrupção e do Centro Nacional de Cultura
- » Diz que nunca há perguntas indiscretas, pode é haver respostas discretas. Recorda a última aula do professor Sousa Franco para fundamentar as declarações sobre a União Europeia. Durante a entrevista não se esquece jamais do cargo em que está investido

PARTICULARIDADES

Poder local

› “A partir do próximo ano daremos especial atenção ao tema das geminações. As geminações no Poder local obrigam a uma especial prevenção de riscos de corrupção, devendo haver plena transparência quanto ao respeito dos interesses locais comuns e não outros interesses ilegítimos.”

Privatizações

› “No processo das privatizações exigir-se-á a demonstração clara do cumprimento da Constituição e da lei, em especial quanto ao respeito de todas as garantias de isenção e de defesa do interesse público.”

Segurança social

› “A saúde e a segurança social serão alvo de ações específicas, designadamente visitas pedagógicas, visando um reforço das ações de prevenção e de acompanhamento.”

Impostos

› “A prevenção da corrupção ligada à tributação e aos impostos tornar-se-á nesta conjuntura mais importante na prevenção da fraude e evasão fiscais, através de um acompanhamento especial.”

Urbanismo

› “Além dos conflitos de interesses, torna-se prioritário assegurar que os riscos de corrupção terão de ser salvaguardados em dois domínios prioritários: a fiscalidade e o urbanismo.”

Conflito

› “É preciso verificar as situações de conflito de interesses que ocorrem aos vários níveis da administração do País: na central, na regional, na local e nas empresas.”

“É indispensável começar a preparar o tempo pós-crise”

Como professor de Finanças Públicas, que opinião tem do rumo da política de Finanças em curso. Veremos a luz ao fim do túnel?

Como presidente do Tribunal de Contas, tenho que ter uma extraordinária cautela na resposta. E a cautela traduz-se no seguinte: estamos obrigados a cumprir um memorando. Não o podemos fazer a não ser de uma forma prática, credibilizadora, e é indispensável que os nossos parceiros internacionais saibam que somos um Estado de palavra.

E quanto ao futuro?

Estou certo de que o facto de nos credibilizarmos internacionalmente vai permitir uma flexibilização que não é incumprimento e que beneficiará um Estado que pretende funcionar melhor, articulando a disciplina financeira e orçamental, e a criação de emprego e o desenvolvimento.

Permitirá afastar da Grécia?

Penso ser indispensável que não misturemos o caso português com o grego, porque Portugal está muito mais próximo da Irlanda e a uma distância muito grande da Grécia. Isto não quer dizer que a Grécia não mereça solidariedade, nem que não seja muito importante a preservação do edifício da União Europeia com todos.

Depreendo, então, que concorda com a política das Finanças?

Como presidente do Tribunal de Contas não posso deixar de exprimir a confiança nas nossas instituições e no cumprimento das

obrigações que assumimos internacionalmente. Repito-me, dizendo que a chave do sucesso da atual política depende da existência de uma maioria parlamentar e, simultaneamente, de uma estabilidade política que obriga a que não apenas os partidos políticos, mas também os principais agentes da concertação social, tenham um papel ativo. Concordo com as preocupações expressas pelo presidente do Conselho Económico e Social, Silva Peneda, relativamente à importância da ligação política à social. Mas é indispensável que comecemos desde já a preparar o tempo pós-crise, porque a crise não é eterna e precisamos de emprego, desenvolvimento e esperança para as pessoas que vivem profundas dificuldades.

No final de 2013, já poderemos sentir que os valores se alteram?

É muito difícil, com seriedade, estar a dizer isso. O que posso dizer é que se a credibilidade for preservada, temos condições para mais rapidamente sair da crise. Mas sem otimismo excessivos e, sobretudo, com a tomada de consciência de que somos um País antigo, que respondeu melhor na provação do que no fácil. Costumo dizer que fomos para os descobrimentos porque tínhamos fome. Um país antigo tem responsabilidades especiais porque não nasceu ontem!

Responde no estatuto de presidente do Tribunal de Contas.

Como professor de Finanças Públicas mantém essa opinião?

Quando estamos investidos em responsabilidades como estas, não posso deixar de falar em termos práticos. Se pergunta se concordo com tudo, tenho que dizer que, obviamente, não. Mas, se pergunta por que razão é que estou tão empenhado na credibilização do País e no cumprimento das obrigações,

é porque o memorando de entendimento consagra um conjunto de providências. Que são alvo da própria evolução da realidade, que é dinâmica e exige fazer com que a economia gere emprego e crie desenvolvimento.

“
Se concordo com tudo [nas Finanças], tenho que dizer não”

Essa é que é a dificuldade! Se tivéssemos receitas, tudo era fácil, mas não as há em economia. Como professor, digo que temos que estar preparados para dar o salto e fazer a viragem das dificuldades e regressar ao crescimento.

No caso da Justiça, não tardam as reformas?

As reformas devem ser encaradas a partir de uma lógica de eficácia. Temo sempre os que acham que são uma espécie de “abrete Sésamo” relativamente à situação económica, social ou política. As melhores reformas são as graduais, testadas na experiência e que envolvem amplos consensos sociais.

“Keynes já chamava à atenção para o valor da economia da cultura”

O PSD queria colocar na Constituição o limite ao endividamento. Era uma boa política?

Não, disse-o desde o início desse debate e, felizmente, está fora de causa. O exemplo espanhol demonstrou que não é através da inclusão na Constituição desse valor, de índole conjuntural, que se resolve o problema. A Constituição deve ser uma lei fundamental e as questões ligadas à regulação e à consolidação orçamental devem estar na Lei do Enquadramento Orçamental.

É a favor de rever a Constituição?

Não é o momento, porque a crise não é boa conselheira. Estou inteiramente de acordo com o constitucionalista Jorge Miranda quando diz isto. A revisão é algo de muito sério, que tem de ser feito não sob pressão conjuntural, mas com uma profunda atenção relativamente ao que é estável e indispensável: o re-

forço da democracia política, económica e social.

O CPC defende a mobilização dos jovens desde a escola contra a corrupção. Os cortes na Educação prejudicam esta pedagogia?

A recetividade que temos tido da parte dos jovens relativamente à iniciativa tem sido extraordinariamente importante e vejo acontecer cada vez mais uma tomada de consciência relativamente à necessidade de coordenação de esforços e de preservação dos principais objetivos de coesão social e de justiça. Aquilo que designamos por Estado social.

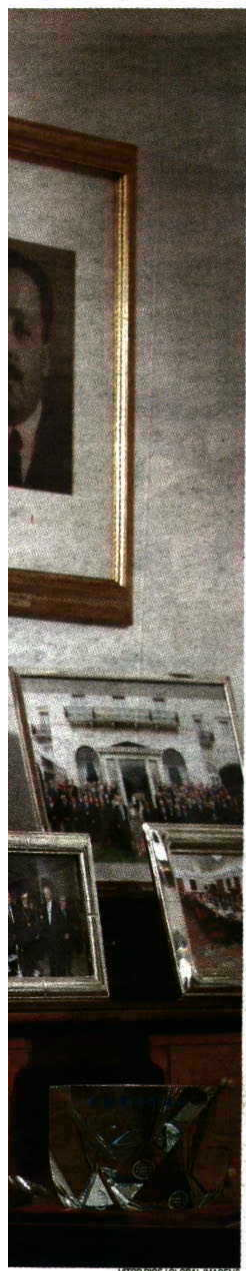
Mesmo com a falta do olhar europeu que caracteriza este Governo?

A grande diferença relativamente ao tempo em que Keynes ensinou, é de que não temos mais soluções para a crise num só país. É por isso que o governo económico da União Europeia e a união política são in-

dispensáveis. E que a economia da cultura é cada vez mais importante, porque introduz o elemento criatividade e da inovação contra a lógica da especulação. Que crises tivemos? A da ilusão contabilística e a dos ganhos artificiais. Por isso, é muito importante ouvir os grandes intelectuais que nos estão a dizer que a cultura como criação é a saída.

Preocupação que também não se verifica em Portugal?

Muitas vezes bradamos no deserto, mas quem brada no deserto não deixa de persistir. A economia da cultura e a da língua são extraordinariamente importantes, como referia Keynes, que já chamava a atenção ao dizer que não se pode esquecer o investimento na preservação da cultura num sentido dinâmico, porque valoriza a criatividade. E não há economia que contrarie a especulação se não for criadora.



VITÓRIOS/GLOBAL IMAGENS

eliminação desses dilemas?

Penso que a política atual, no sentido que decorre dos compromissos assumidos no memorando de entendimento, terá que ser interpretada no sentido de melhorar a eficiência e de conduzir o mais depressa possível à saída da crise.

Sem sair da crise, não é fácil eliminar o aumento da corrupção?

A crise não favorece os resultados no combate à corrupção. Mas, como presidente do CPC e do TC, não posso deixar de dizer que, mesmo em contexto de crise, tudo se fará para contrariar a tendência.

A própria troika pediu atenção para a corrupção nos processos de privatizações. Como está a correr?

O Tribunal de Contas vai ser absolutamente rigoroso e escrupuloso em matéria de contratos públicos, na avaliação rigorosa do endividamento e no combate à corrupção.

Tem meios para o fazer?

Desde o princípio que digo que os meios de que disponho são os suficientes. Mesmo que ao chegar ao TC tivesse 600 funcionários e hoje tenha pouco mais do que 400. Aconteceu que valorizámos a formação e introduzimos mecanismos de racionalização. O discurso da falta de meios é sempre perigoso, porque é o não reconhecimento de que temos de partir do que dispomos para fazer o que queremos.

Não se quebra, então?

O que não podemos é propormo-nos a fazer coisas impossíveis. Não podemos, obviamente, fazer auditorias a tudo que mexe, mas privilegiar o que é fundamental. Mas quem primeiro chamou a atenção para os problemas das parcerias público-privadas foi o Tribunal de Contas! Ou que alertou para as derapagens financeiras!

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS

“A crise que Portugal vive não favorece o combate à corrupção”

ENTREVISTA PÁGS. 6 E 7

